



AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NOS ABRIGOS DE CRIANÇAS: ESTUDO DE CASO NO ABRIGO TIA JÚLIA (FORTALEZA-CE)

Rizia Line Maciel¹
Carlos Henrique Lopes²

RESUMO

O presente trabalho investiga o planejamento e organização das práticas pedagógicas no âmbito de abrigo de crianças e adolescentes, realizando um estudo de caso no Abrigo Tia Júlia, localizado em Fortaleza-CE. A partir da observação do referido abrigo, levando em consideração seu ambiente físico, a dinâmica de atividades cotidianas e o conjunto interdisciplinar de seu corpo profissional, busca-se delimitar a relação entre as ações desenvolvidas e o contexto social dos abrigados. No geral, as crianças que chegam à instituição possuem um histórico de negligência familiar, violência ou abandono, alguns dos quais portadores de deficiências (físicas ou neuro motoras), o que implica um programa de atendimento que considere as especificidades de cada um consoante ao fato de estabelecer uma formação que promova a integração familiar e/ou a inclusão social. A observação participante, juntamente com entrevistas semiestruturadas com agentes educacionais, compõem nossa metodologia de investigação, a qual poderá incluir oportunamente a documentação escrita coletada no decorrer das visitas ao abrigo. O estudo sobre as práticas pedagógicas nos abrigos nos interessa na medida em que ressaltamos os problemas de ordem social, econômica e cultural que atravessam a vida dos abrigados, muitas vezes sujeitos a um processo de institucionalização - isolamento, homogeneização e baixa autoestima -, fazendo com que o abrigo se torne um espaço de formação identitária, plural e cidadã.

Palavras-chave: Abrigo; didática; abandono; crianças.

UNILAB, INSTITUTO DE HUMANIDADES, CEARÁ, Discente, rizia2505@gmail.com¹
UNILAB, INSTITUTO DE HUMANIDADES, Docente, carloshenrique@unilab.edu.br²



INTRODUÇÃO

O Abrigo Tia Júlia está localizado na Rua Guilherme Perdigão, no bairro Parangaba. Coordenado pela Secretaria de Proteção Social (SPS), ele é responsável pelo acolhimento de crianças e adolescentes em situações de vulnerabilidade, os quais são divididos em espaços residenciais de acordo com a faixa etária. O Tia Júlia Primeira Infância, por exemplo, recebe as crianças entre zero e sete anos de idade, tendo abrigado em média 60 crianças desde 2015. Mais recentemente, em maio de 2022, inaugurou-se a Residência Inclusiva VI (prédio vizinho ao Abrigo), visando um acompanhamento especializado e integrado de abrigados com deficiência (motoras e/ou cognitivas). Em reportagem promovida pela SPS, a então coordenadora da unidade, Renata Rocha, destacou que “com essa divisão, o olhar ficou mais individualizado, porque antes eram todos juntos, eram muitas crianças e, hoje está mais direcionado para as necessidades de cada uma”. Nesse ínterim, investigar as práticas pedagógicas (e as possibilidades de sua implementação) no âmbito dos abrigos em Fortaleza-CE, atendo-se, na ocasião, as condições materiais e humanas existentes no Abrigo Tia Júlia. Observaremos quais abordagens didáticas têm sido implementadas no sentido de promover uma formação inclusiva (física, psíquica e emocional) em contextos de abandono familiar, violência e/ou sofrimento psíquico.

Entendemos que um mapeamento detalhado do perfil social dos menores acolhidos, indicando as circunstâncias específicas de abrigamento (origem familiar, dificuldades motoras e/ou cognitivas, reintegração familiar ou adoção, traumas psicológicos etc.) é imprescindível ao planejamento de quaisquer atividades pedagógicas. É preciso considerar igualmente que a formação socioeducativa nesse contexto está intimamente associada ao espaço de residência, o que nos faz refletir sobre um expediente didático-pedagógico que privilegie tanto a estrutura física dos abrigos quanto ao atendimento individual e em pequenos grupos. Outrossim, uma pesquisa dessa envergadura teria o potencial de apreender as formas e a qualidade de inclusão das crianças dentro da comunidade (cidade, bairro, escola), investigando alternativas de acesso as atividades de lazer e cultura externas ao abrigo.

METODOLOGIA

A pesquisa terá uma dinâmica exploratória, aprofundando-se no debate a respeito do abandono de crianças e suas implicações históricas na sociedade brasileira a partir de um amplo diálogo bibliográfico; na sequência, o objetivo é nos situarmos no Abrigo Tia Júlia, conhecendo suas instalações físicas (dormitórios, áreas de lazer, salas pedagógicas, entre outras) e observando de perto a práxis das atividades mais cotidianas, isto é, as relações entre funcionários, cuidadores e abrigados. Desta feita, a observação participante se torna essencial para que venhamos a produzir um material descritivo mais robusto, capaz de considerar comportamentos e posturas em diferentes circunstâncias e, assim, delimitar comparações e estabelecer tipicidades.

Ainda na abordagem qualitativa, visualizamos como primordial a realização de entrevistas em profundidade junto aos diretores/coordenadores e funcionários (pedagogos, psicólogos, assistentes sociais, seguranças etc.) das unidades de acolhimento. Priorizaremos aquele pessoal que atua direta ou indiretamente com o Abrigo Tia Júlia, inquirindo-os quanto aos significados que atribuem às suas funções na ordem de mediadores educacionais e à missão institucional.

Temos igualmente em vista a obtenção de documentos arquivados no Abrigo Tia Júlia (atas, materiais didáticos, planejamento pedagógico), os quais apresentam seu histórico de práticas pedagógicas e/ou revelam diretrizes de ação no que concerne à educação infanto-juvenil, desde a mediação com a escola até a



promoção de saberes não-formais, isto é, fora da escola.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Hildete Pereira dos Anjos et al., (2013) que nos instiga a pensar na inclusão não como um apêndice na formação de educadores, mas como política transversal que envolve o conjunto de profissionais (e de saberes) atuantes em várias esferas de instituições educacionais, algo que nos leva a refletir sobre a relação entre o abrigo e a escola (extra abrigo) no tocante à circulação de experiências e trabalhos cooperativos. A ideia central é sistematizar as práticas pedagógicas em torno de ações horizontais e coordenadas, de comunicação entre diferentes espaços de socialização e níveis disciplinares; e, portanto, abrindo caminho para visualizarmos a educação inclusiva como promotora dos indivíduos em suas potencialidades específicas e não como resposta pragmática às restrições preconcebidas no esteio da sociedade.

A preferência pelo conceito de educação inclusiva assume, em nossa investigação, um viés ético-político quanto ao processo formativo em situações de risco, excepcionalidade e/ou vulnerabilidade. De maneira que temos a intenção de encaminhar esse debate em consonância com a ética do cuidado, ou educação afetiva, considerando os aspectos de separação familiar e ambiente institucionalizado (e, algumas vezes, homogeneizante) que exercem pressão sobre as crianças e adolescentes abrigados.

A vinculação afetiva, de acordo com Raquel de C. Barros e Geraldo A. Fiamenghi (2007), representa um fator incontornável no desenvolvimento dos sentimentos de confiança e segurança de crianças abrigadas. O ponto em questão, para os autores, está na construção de um ambiente acolhedor e comunicativo, que privilegie a compreensão mútua entre o adulto cuidador e os abrigados, haja vista que é nessa mediação onde os últimos estabelecem pouco a pouco as diretrizes interpessoais de atenção, linguagem, emoção, entre outras características. A ausência dessa relação afetiva seria o gatilho para o desenvolvimento de angústia, isolamento, insegurança, agressividade e, por conseguinte, abertura de margem para ansiedade e depressão. Assim sendo, a criança institucionalizada e "(...) sem a presença de uma pessoa significativa, poderá ter seu desenvolvimento prejudicado, pois foi privada total ou parcialmente de se vincular afetivamente com alguém que lhe ofereça apoio, proteção e cuidados". (BARROS; FIAMENGHI, 2007, p. 1268)

CONCLUSÕES

Buscaremos explorar as práticas pedagógicas no Abrigo Tia Júlia estabelecendo um espaço de conversação e de aprendizagem recíproca entre o sujeito investigador e os sujeitos da investigação (a relação sujeito-sujeito), valendo-se, então, de nossa experiência particular e profissional no sentido de problematizar as abordagens da educação afetiva no território de uma pedagogia comunitária.

Acreditamos que as leituras que bell hooks faz da escola, em *Ensinando a transgredir* (2017) e *Ensinando comunidade* (2021), podem ampliar nossa compreensão sobre os deslocamentos afirmativos e emancipatórios que o afeto é capaz de produzir em contextos de desacreditação e invisibilização. O diálogo com a "pedagogia da esperança" de hooks é, por enquanto, uma hipótese de trabalho, mas que adquire relevância quando observamos que a autora examina o ambiente escolar para além das atribuições acadêmicas, sendo antes um espaço de convivência cotidiana solidária e valorização de histórias (trajetórias, narrativas e identidades) de seus integrantes. Os termos que hooks utiliza para caracterizar a cultura do afeto, tais como cumplicidade, alegria, autorrealização, autoestima e sentimento de pertença, os quais movidos pelo exercício da liberdade, nos tenciona a indagar os abrigos como ambientes em que as práticas pedagógicas sejam determinadas pela valorização das diferenças e abertura de horizontes para o acolhimento e mutualismo.



AGRADECIMENTOS

A todos direta e indiretamente envolvidos na pesquisa, professores da pós-graduação, orientador, leitores do trabalho.

REFERÊNCIAS

BARROS, Raquel de C.; FIAMENGHI, Geraldo A. Interações afetivas de crianças abrigadas: um estudo etnográfico. In: *Ciência & Saúde Coletiva*, 12(5): 1267-1276, 2007.

GULASSA, M. L. C. R. *Novos rumos do acolhimento institucional*. São Paulo: NECA, 2010.

hooks, Bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

hooks, bell. *Ensinando comunidade: uma pedagogia da esperança*. São Paulo: Elefante, 2021.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. Focalizando a história recente: panorama e desafios. In: RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. *A institucionalização de crianças no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004. p. 43-59.